

Ass. Constit

Um sistema que se auto-alimenta

NEWTON RODRIGUES

22 OUT 1986

ANC 88
Pasta Outubro/86
070

Quem se lembra ainda que houve uma Comissão Arinos, integrada por ilustres personagens, quase todos do ramo jurídico? Quase ninguém. Quem se deu ao trabalho de ler o cartapácio de centenas de artigos que ela gerou, e onde há coisas para todos os gostos? Menos pessoas, ainda. Quem, finalmente está dando importância às eleições constituintes? Segundo os inquiridos de opinião, um número ínfimo de interessados, relativamente à população, até porque a maior parte dos brasileiros nem sabe ao menos o que vem a ser esse produto mágico que, com o poder da pólvora de projeção dos alquimistas, ou a força do pó de pirlimpimpim, transformará, segundo as promessas, no ouro de lei de uma democracia social os ferruginosos metais de nossa organização política.

Parabéns ao governo, em geral, ao presidente da República, em especial, e aos dois partidos, PMDB e PFL, que os sustentam, inspiram e apregoam. Se não conseguiram de todo congelar os preços, obtiveram pelo menos a petrificação das mentes. Nos 42 anos contados a partir das primeiras eleições pós-Estado Novo jamais se viu pleito tão vazio de idéias e reivindicações, uma disputa em que os candidatos mais se apresentassem e fossem apresentados como produtos, empacotados para presente, com laços de fita e figuras decorativas que variam do acadêmico ao kitsch, mais obtêm sempre o mesmo efeito.

No período ditatorial recente, a oposição partidária, refletindo a sociedade, pregou a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, necessária para reordenar o país, após tantos anos de violência e descabro institucionalizados. Propunha-se e reivindicava-se um novo pacto político, para dar, senão completa, pelo menos ponderável efetividade a conceitos como democracia, Federação, igualdade, soberania popular etc. Coisas, enfim, inteligíveis por qualquer pessoa e fáceis de

traduzir em linguagem simples, despojando-a dos disfarces da falsa sabedoria. Para um mínimo de eficácia, essa convocação exigiria, como elementos de impulso e sustentação, a quebra da ordem política anterior (isto é, uma ruptura) necessariamente expressa em mudanças fundamentais, com prioridade para a remoção do chamado "entulho autoritário", incluído de todos os enxertos ditatoriais e supercentralistas constantes da atual Carta Constitucional, e que se alongam em uma série de leis abrangendo o próprio sistema de voto.

Como a liberalização do regime foi um misto de conquista e concessão, moldando a substituição dos militares pelos civis e do partido então dominante pelo agrupamento de forças oposicionistas, grande parte das quais produto de transmigrações recente, chegamos a um desfecho ocasional, na forma de eleição presidencial oblíqua, seguinte à gigantesca mobilização popular pela escolha direta, na qual, entretanto, nenhum problema de política objetiva foi levantado perante as multidões tão temidas quanto utilizadas.

De qualquer modo, a vitória de Tancredo Neves foi avanço palpável, rico de possibilidades de chegarmos a período de democratização, se houvesse nos dirigentes firmeza de propósitos e senso das realidades. É impossível saber se o próprio presidente eleito, experimentado e talentoso político de formação centro-liberal, seria capaz de levar avante o que se propusera ou se seu estilo excessivamente conciliador terminaria por atar-lhe as mãos e vendá-lhe os olhos. Devem escrever-se a seu crédito, porém, a prioridade absoluta aos temas políticos, assumindo ele de plano o compromisso de promover eleições nos municípios das capitais e nos outros privados de autonomia, o que era a maneira imediata de reiniciar a mobilização política do povo, e de incorporar novos contingentes ao processo decisório, ao

mesmo tempo que dava à substituição das leis ditatoriais a importância que deveriam ter, sem prejuízo da futura Constituinte.

O desaparecimento de tal liderança e a ascensão de um político desprovido de respaldo partidário, apoio popular e carente de autoridade histórica, resultou em todo caso, em uma das mais perseverantes articulações de adiamento de que há exemplo neste país onde, entretanto, o verbo adiar, é conjugado em todos os tempos e modos, como o furto. Enquanto meia centena de doutos empregava-se em elaborar um texto de sugestões constitucionais, o entulho permaneceu no meio da estrada, os temas fundamentais quedaram-se no limbo, e o processo eleitoral, ressalvada a maior facilidade de registro dos partidos, piorou em muitos aspectos. O altíssimo custo a que atingiu a disputa, o monopólio dos horários de propaganda pelo PMDB, PFL e PDS, que desvirtuaram indecentemente, em proveito próprio, uma lei destinada a combater a influência do poder econômico e das máquinas políticas nas eleições, e a incompetência e abuso da Justiça Eleitoral, incapaz de distribuir ordenadamente os títulos, mas aplicada em interferir desconexa e arbitrariamente em manifestações legítimas, indicam o agravamento da irrepresentatividade, sem que seja natural esperar dos futuros legisladores providências capazes de corrigir erros que, afinal, são os responsáveis pela presença da maior parte deles no Legislativo. O sistema se auto-alimenta e assim permanecerá até um novo colapso.

O que está interessando aos eleitores, ainda que por enquanto bem moderadamente, é a escolha dos governadores nos quais vislumbram figuras do poder real. Nesse assunto, segundo os alegres prognósticos dos paredros amparados nas pesquisas de intenção de votos, aguarda-se grande vitória do PMDB, novo "maior partido do Ocidente". Mas, pela obra realizada no curso dos

anos em que dirigiu alguns principais Estados (inclusive São Paulo, o mais importante de todos) e pelo que fez nos vinte meses em que domina o poder federal, já deu provas do que é capaz de não fazer nos próximos anos. Cálculos dos mesmos dirigentes acenam, ainda, com a possibilidade de a mesma organização deter a posse de até 60% das cadeiras do Congresso constituinte, o que lhe dará teoricamente a chance de redigir e promulgar, a seu gosto, uma lei básica de sua melhor conveniência, na medida em que as cúpulas possam manter a disciplina partidária e o país permaneça impassível.

É verdade que há, simultaneamente, tendências capazes de gerar novos reagrupamentos, dificultados, porém, pela atração e império que exerce o poder e pela própria legislação antidemocrática e centralista que a composição previsível do próximo Congresso constituinte promete manter em seus traços fundamentais, uma vez que as emendas constitucionais votadas, inclusive as posteriores à posse de José Sarney, deixaram incólume o cerne da organização política, administrativa, econômica e social. Na medida em que uma só organização obtenha controlar a máquina do Executivo, desde a Presidência da República às principais prefeituras e, ainda por cima, consiga estender esse predomínio ao ramo legislativo, nos seus diferentes graus, as possibilidades de melhora do homem comum estarão dificultadas.

A sociedade civil, fator decisivo na luta pela extinção do regime militar, ainda subjacente no jogo transaccional da política dominante, mais cedo do que supunha, terá, então, de reassumir o papel que os partidos não sabem, não podem e não querem desempenhar.

NEWTON DE ALMEIDA RODRIGUES, é jornalista e analista político; foi editor da revista "Senhor" e do jornal "O País", diretor-redator-chefe do "Correio da Manhã" e colaborador de diversas publicações cariocas.